

ANIVERSÁRIO

Caixa: condições especiais na semana dos 163 anos

Na semana em que completa 163 anos de existência, a Caixa Econômica Federal vai oferecer vantagens para os clientes pessoas físicas e jurídicas em uma série de produtos e serviços. As condições especiais começaram a ser oferecidas ontem. O aniversário da Caixa é na sexta-feira, 12. Para pessoas físicas, haverá vantagens em uma série de produtos. Nos cartões de crédito contratados entre os dias 8 e 12 de janeiro, o cliente ficará isento da primeira anuidade, benefício que pode se tornar vitalício caso atinja o gasto mínimo indicado para cada cartão até o final do mês de junho. Na sexta-feira, o banco concederá uma bonificação extra no resgate de pontos. Haverá ainda isenção de tarifas para a compra de moeda estrangeira ao longo da semana, redução de 33% a 50% nos valores em fundos de investimento selecionados entre os dias 8 e 31. **PÁGINA 2**

RIO

Cobrança por ar em carros de aplicativo é abusiva

O governo do RJ publicou resolução que determina medidas contra cobranças adicionais por uso de ar-condicionado nos carros de aplicativo. Essa prática foi considerada abusiva pelo governo do estado. Com a resolução, as plataformas digitais de transportes de passageiros devem fornecer, no momento da contratação do serviço, informação clara e precisa quanto ao uso ou não de ar-condicionado em todas as categorias disponíveis no aplicativo. Caso contrário, o aparelho deve estar ligado em todas as categorias. O secretário estadual de Defesa do Consumidor, Gutemberg Fonseca, assegurou que a prestação de serviços precisa ser clara, transparente e objetiva. “O consumidor tem o direito de saber o que está contratando. Assim, a relação entre prestadores de serviços e consumidores é mais saudável”, disse. Enquanto não houver a adaptação, todos os veículos deverão circular com ar-condicionado ligado, sem cobrança de valores extras, concluiu. **PÁGINA 5**

BANCO CENTRAL

Poupança tem retirada de R\$ 87,82 bi em 2023

PÁGINA 2

PASSARELA DO SAMBA

Castro rejeita incorporar Sambódromo ao estado

PÁGINA 6

8 DE JANEIRO

Lula diz que não há perdão para quem atenta contra democracia



O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, defendeu ontem, que todos aqueles que financiaram, planejaram e executaram a tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023 sejam “exemplarmente punidos”. “Não há perdão para quem atenta contra a democracia, contra seu país e contra o seu próprio povo. O perdão soaria como impunidade. E a impunidade, como salvo conduto para novos atos

terroristas”, disse Lula em evento pró-democracia que marca um ano da invasão e depredação da sede dos três Poderes. E afirmou: “Se a tentativa de golpe fosse bem-sucedida, a vontade soberana do povo brasileiro teria sido roubada. E a democracia, destruída. A esta altura, o Brasil estaria mergulhado no caos econômico e social. O combate à fome e às desigualdades teria voltado à estaca zero.”

Novo PGR, Paulo Gonet, fala em consequências penais

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, disse ontem, em evento que marca um ano dos atos golpistas de 8 de janeiro, que o preço da liberdade é a “eterna vigilância” e que, para o Ministério Público Federal (MPF), é “reagir ao que se fez no passado para que se recorde que atos contra democracia hão de ter consequências pe-

nais”. “Não deve causar surpresa, mas deve ser visto como sinal de saúde da democracia que pessoas não importa que status social venham a ser responsabilizadas”, disse Gonet. “É o próprio povo, por meio das leis, que impõe que sejam tratadas como crime as inadmissíveis insurgências contra a democracia”, completou.



Maioria dos brasileiros vê Bolsonaro como responsável pelo 8/1 e quer punição legal

A maioria dos brasileiros considera o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) **(foto)** responsável pelos atos golpistas do 8 de Janeiro que culminaram nas invasões do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF) e avaliam que ele deveria ser punido pela Justiça. É o que aponta pesquisa AtlasIntel divulgada ontem. De acordo com o instituto, 52% responsabilizam Bolsonaro pelas invasões, contra 44% que não atribuem responsabilidade a ele. O índice é similar quando os entrevistados são questionados se o ex-presidente deveria sofrer alguma punição legal: 52,8% responderam que sim e 43,3%, que não. **PÁGINA 5**

INDICADORES																									
IBOVESPA: 0,31% / 132.426,54 / 403,62 / Volume: R\$ 19.897.047.205 / Negócios: 3.342.193								Bolsas no mundo				Salário mínimo	R\$ 1.320,00		IGP-M	0,74% (dez.)		EURO turismo							
Maiores Altas				Maiores Baixas				Mais Negociadas				Fechamento		%	Ufir	R\$ 4,3329		IPCA 15	0,40% (dez.)		Compra: 5,3927	Venda: 5,5727			
Preço		%	Oscil.	Preço		%	Oscil.	Preço		%	Oscil.	Dow Jones		37.683,01	+0,58	Taxa Selic (13/12)	11,75%		CDI (13/12)	11,65%		DÓLAR Ptax - BC			
AZUL PN N2		14.89	+7,66	+1,06	PETROBRAS ON N2		39,64	-1,86	-0,75	VALE ON NM		74,27	-0,51	-0,38	NASDAQ Composite		14.843,768	+2,20			Compra: 4,8850		-0,10%		
CASAS BAHIA ON NM		11.100	+6,73	+0,700	SAO MARTINHOON NM		27,88	-1,83	-0,52	PETROBRAS PN N2		38,43	-0,75	-0,29	CAC 40		7.450,24	+0,40	POUPANÇA 3 (08/01)		0,5290%		DÓLAR comercial		
MAGAZ LUIZA ON NM		2,09	+6,09	+0,12	CSMINERACAOON EJ N		27,750	-1,40	-0,11	EQUATORIAL ON NM		34,70	-0,23	-0,08	FTSE 100		7.694,19	+0,06	BM&F/grama		R\$ 319,42		Compra: 4,8701		Venda: 4,8707
DEXCO ON NM		8,08	+5,76	+0,44	RAIADROGASILON NM		29,17	-1,12	-0,33	BRASIL ON NM		55,35	+0,86	+0,47	DAX		16.716,47	+0,74	TR (08/01)		0,0289%		DÓLAR turismo		
AREZZO CO ON NM		63,98	+5,44	+3,30	ULTRAPAR ON NM		26,80	-1,11	-0,30	PETRORIO ON NM		45,75	-0,72	-0,33	Ftse Mib		30.561,22	+0,40	Compra: 5,3377		Venda: 5,3383		Compra: 4,8952	Venda: 5,0752	

MERCADOS



Com Nova York, Bovespa sobe 0,31%, aos 132,4 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) lutou para reter a linha dos 132 mil pontos, em sessão na qual manteve margem de variação estreita do início ao meio da tarde, bem perto da estabilidade. Ao fim, mostrava leve alta de 0,31%, aos 132.426,54 pontos, entre mínima de 131.014,77 e máxima de 132.498,05 pontos ontem, de giro a R\$ 19,9 bilhões. Em janeiro, o Ibovespa (Índice Bovespa) acumula até aqui perda de 1,31%.

Do meio para o fim da tarde, o Ibovespa se firmou em alta na sessão, acompanhando a acentuação de ganhos em Nova York, com destaque para o setor de tecnologia, que levou o Nasdaq a avançar 2,2% ontem. A abertura da semana foi marcada por forte correção nos preços do petróleo, com o Brent em queda de 3,35% e o WTI, de 4,12%, na sessão. Assim, Petrobras (ON -1,86%; PN -0,75%, esta na máxima do dia no fechamento) pesou sobre o Ibovespa desde cedo, em dia negativo para outra gigante, Vale (ON -0,51%), que também moderou perdas em direção ao encerramento.

A sessão foi desfavorável às ações de grandes bancos, à exceção de BB (ON +0,86%). Na ponta ganhadora do Ibovespa,

Azul (+7,66%), Casas Bahia (+6,73%) e Magazine Luiza (+6,09%), entre outras ações ligadas ao ciclo doméstico, como Dexco (+5,76%) e Arezzo (+5,44%). No lado oposto, além de Petrobras, destaque para São Martinho (-1,83%), CSN Mineração (-1,40%) e RaiaDrogasil (-1,12%)

As ações da Petrobras dificultaram, hoje, o desempenho do Ibovespa, em dia negativo para outros ativos de peso no índice, como Vale e Itaú (PN -1,07%), descolando-o em boa parte da sessão do S&P 500 (+1,41%) e de outras referências de Nova York, que fecharam em alta", diz Thiago Lourenço, operador de renda variável do Manchester Investimentos.

DÓLAR

O mercado de câmbio doméstico iniciou a semana em ritmo lento e com pouco apetite por negócios. Em um pregão morno, o dólar à vista encerrou em baixa de 0,04%, cotado a R\$ 4,8702, com oscilações de pouco mais de três centavos entre a mínima (R\$ 4,8643) e a máxima (R\$ 4,9008).

Principal termômetro do apetite por negócios, o contrato de dólar futuro para fevereiro recuou 0,18%, aos R\$ 4,8845, e movimentou pouco mais de US\$ 10 bilhões.

163 ANOS

Caixa tem condições especiais na semana que faz aniversário

MATHEUS PIOVESANA/AE

Nesta semana em que completa 163 anos de existência, a Caixa Econômica Federal vai oferecer vantagens para os clientes pessoas físicas e jurídicas em uma série de produtos e serviços. As condições especiais começaram a ser oferecidas ontem. O aniversário da Caixa é na sexta-feira, 12.

Para pessoas físicas, haverá vantagens em uma série de produtos. Nos cartões de crédito contratados entre os dias 8 e 12 de janeiro, o cliente ficará isento da primeira anuidade, benefício que pode se tornar vitalício caso atinja o gasto mínimo indicado para cada cartão até o final do mês de junho. Na sexta-feira, o banco concederá uma bonificação extra no resgate de pontos.

Haverá ainda isenção de tarifas para a compra de moeda estrangeira ao longo da semana, redução de 33% a 50% nos valores em fundos de investimento selecionados entre os dias 8 e 31,

e desconto de 5% na taxa de juros para a contratação do CDC Caixa entre os dias 8 e 12. A linha tem prazo de até 72 meses e taxa a partir de 3,01% ao mês.

O banco também concederá condições especiais na contratação de produtos de consórcio, capitalização e previdência, e nos seguros de vida, auto e rural. Outra promoção, que acontecerá na sexta, será a concessão de um bônus de até 3 GB de internet para clientes do banco que recarregarem planos pré-pagos da operadora Vivo com valores a partir de R\$ 25.

Para empresas, além dos produtos de seguridade, haverá condições especiais na contratação de linhas de crédito para investimentos e capital de giro. Os serviços de cobrança bancária terão valor reduzido no dia 12, e entre os dias 8 e 31, haverá preços competitivos e vantagens exclusivas para a contratação da Azulzinha, a maquininha da Caixa.

O banco também concederá

um retorno porcentual na carga de cartões Caixa Refeição ou Alimentação contratados ao longo do mês. O retorno poderá ser utilizado em compras no shopping virtual Caixa Pré-Pagos, na compra de produtos que envolvam alimentação, segurança ou saúde do trabalhador. A condição vale para a contratação de no mínimo cinco cartões.

Para os clientes do segmento agro, a Caixa concederá financiamentos do programa Pronamp com taxas a partir de 7% ao ano. Os recursos são destinados ao financiamento da produção.

"Nestes 163 anos, apresentamos ao país um banco cada vez mais sustentável, moderno e eficiente, sem nunca esquecer nossa missão primordial: cuidar dos mais necessitados do nosso País", diz em nota o presidente da Caixa, Carlos Vieira. "Além de principal parceiro do Governo Federal na implementação de políticas públicas, estamos sempre ouvindo as necessidades das pessoas para encontrar-

mos processos e soluções que as coloquem no centro das transformações que precisamos alcançar."

A Caixa foi criada pelo imperador D. Pedro II em 1861, para estimular a poupança das classes baixas e também conceder empréstimos a esta camada da população. Ao longo do tempo, foi ganhando outras funções, como o monopólio das loterias federais (desde 1961) e a absorção do Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1986, que tornou a Caixa líder em financiamento habitacional no País, posição que ostenta até hoje.

As caixas econômicas são uma figura regulatória reconhecida pelo Banco Central, mas de acordo com o regulador, a Caixa é a única atualmente em funcionamento no País. Embora possa cumprir as mesmas funções dos bancos comerciais, prioriza a concessão de crédito e financiamentos a programas e projetos de cunho social, segundo a definição do regulador.

DIEESE

Preço da cesta básica recua em 15 capitais

CAMILA BOEHM/ABRASIL

O valor da cesta básica diminuiu em 15 capitais em 2023. As principais reduções acumuladas no período de 12 meses, entre dezembro de 2022 e no mesmo mês do ano passado, foram registradas em Campo Grande (-6,25%), Belo Horizonte (-5,75%), Vitória (-5,48%), Goiânia (-5,01%) e Natal (-4,84%). Já as taxas positivas acumuladas ocorreram em Belém (0,94%) e Porto Alegre (0,12%). Os dados são Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos em 17 capitais.

"A tendência, para o conjunto dos itens, foi de redução, movimento que, junto com a revalorização do salário mínimo e a ampliação da política de transferência de renda, trouxe alívio para as famílias brasileiras, que sofreram, nos últimos anos, com aumentos de preços dos alimentos, em geral, acima da média da inflação", concluiu o Dieese, em nota. A entidade aponta que a questão climática, os conflitos externos, o câmbio desvalorizado que estimula a exportação, e o forte impacto da demanda externa sobre os preços internos das commodities acarretaram preocupação em 2023 e podem ser importantes desafios para 2024.

COMPARAÇÃO MENSAL

Entre novembro e dezembro de 2023, o valor da cesta subiu em 13 cidades, com destaque para Brasília (4,67%), Porto Alegre (3,7%), Campo Grande

(3,39%) e Goiânia (3,2%). As diminuições ocorreram em Recife (-2,35%), Natal (-1,98%), Fortaleza (-1,49%) e João Pessoa (-1,10%).

Em dezembro de 2023, o maior custo da cesta foi em Porto Alegre (R\$ 766,53), depois em São Paulo (R\$ 761,01), Florianópolis (R\$ 758,50) e no Rio de Janeiro (R\$ 738,61). Aracaju (R\$ 517,26), Recife (R\$ 538,08) e João Pessoa (R\$ 542,30) registraram os menores valores médios.

Com base na cesta mais cara, que em dezembro foi a de Porto Alegre, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 6.439,62 ou 4,88 vezes o valor atual do salário mínimo, de R\$ 1.320,00. Em novembro, o mínimo necessário correspondeu a R\$ 6.294,71 ou 4,77 vezes o piso vigente. Em dezembro de 2022, ficou em R\$ 6.647,63, ou 5,48 vezes o piso em vigor, que equivalia a R\$ 1.212,00.

A estimativa do Dieese leva em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência.

Em dezembro de 2023, o tempo médio necessário para adquirir os produtos da cesta básica foi 109 horas e três minutos, considerando o trabalhador remunerado pelo salário mínimo. Em novembro, a jornada necessária era de 107 horas e 29 minutos. Em dezembro de 2022, a média era de 122 horas e 32 minutos.

BANCO CENTRAL

Poupança tem retirada líquida de R\$ 87,82 bilhões em 2023

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

Pelo terceiro ano seguido, o saldo das cadernetas de poupança caiu, com o registro de mais saques do que depósitos em 2023, em um cenário de juros e endividamento ainda altos no país. No ano passado, as saídas superaram as entradas em R\$ 87,82 bilhões, de acordo com relatório divulgado ontem pelo Banco Central (BC).

Em 2023, foram aplicados R\$ 3,83 trilhões, contra saques de R\$ 3,91 trilhões. Apenas os meses de junho, com R\$ 2,59 bilhões, e dezembro, com R\$ 13,77 bilhões, registraram saldo positivo, com mais depósitos do que saques. Nos demais meses do

ano, houve saídas líquidas.

Os rendimentos creditados nas contas de poupança somaram R\$ 73,08 bilhões em 2023. Agora, o estoque aplicado na poupança é de R\$ 983,03 bilhões.

O saque de recurso das cadernetas acontece em um momento de alto endividamento no país. De acordo com o BC, o endividamento das famílias - relação entre o saldo das dívidas e a renda acumulada em 12 meses - em operações de crédito chegou a 47,6% em outubro do ano passado.

Dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) também apontam que o endividamento ainda alcança cerca de

76,6% das famílias brasileiras.

Os saques na poupança se dão também porque a manutenção da taxa básica de juros, a Selic em alta, estimula a aplicação em investimentos com melhor desempenho. Isso porque o rendimento da poupança segue limitado.

Atualmente, a poupança rende 6,17% ao ano mais a Taxa Referencial (TR). Essa regra vale quando a Selic está acima de 8,5% ao ano, o que ocorre desde dezembro de 2021. Quando os juros básicos estão abaixo desse nível, a poupança rende apenas 70% da Selic.

FUGA RECORDE

O resultado negativo de 2023,

entretanto, foi menor do que o verificado em 2022, quando a poupança teve fuga líquida - mais saques que depósitos - de R\$ 103,24 bilhões. O resultado foi recorde, em um cenário de inflação e endividamento altos. Em 2021, a retirada líquida chegou a R\$ 35,49 bilhões.

Já em 2020, a poupança tinha registrado captação líquida - mais depósitos que saques - recorde de R\$ 166,31 bilhões. Contribuíram para o resultado a instabilidade no mercado de títulos públicos no início da pandemia da covid-19 e o pagamento do auxílio emergencial, depositado em contas poupança digitais da Caixa Econômica Federal.

serão divulgados pelo IBGE na próxima quinta-feira (11).

TAXA DE JUROS

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros - a Selic - definida em 11,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Após sucessivas quedas no fim do primeiro semestre de 2023, a inflação voltou a subir na segunda metade do ano, mas essa alta era esperada por economistas.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 em 9% ao ano. A primeira reunião do Copom neste ano ocorre em 30 e 31 de janeiro e os analistas esperam que a Selic seja reduzida a 11,25%. Para o fim de 2025 e de 2026, a previsão é de Selic em 8,5% ao ano, nos dois anos.

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, energia e combustíveis. Por um ano, até agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75%



www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil



ACESSE NOSSO SITE

Balança registra superávit de US\$ 2,22 bi o

SHEYLA SANTOS/AE

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 2,22 bilhões na primeira semana de janeiro (dias 1 a 07). De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulgados ontem, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 6,154 bilhões e importações de US\$ 3,937 bilhões.

Até a primeira semana do mês, a média diária das exportações registrou aumento de 48,5% na comparação com a média diária do período em 2022, com crescimento de US\$ 87,49 milhões (54,3%) em Agropecuária; alta de US\$ 205,69 milhões (85,1%) em Indústria Extrativa e aumento de US\$ 207,25 milhões (33,0%) em produtos da Indústria de Transformação.

Já as importações tiveram crescimento de 5,6% no período, também na comparação pela média diária, com crescimento de US\$ 0,16 milhões (0,7%) em Agropecuária; queda de US\$ 26,13 milhões (-35,1%) em Indústria Extrativa e alta de US\$ 81,12 milhões (9,8%) em produtos da Indústria de Transformação.

Petrobras bate recorde pelo terceiro ano seguido

A Petrobras bateu o recorde de depósito de patentes pelo terceiro ano consecutivo, com 142 pedidos registrados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), superando as marcas obtidas nos dois últimos anos: 119 e 128 depósitos. A empresa informou que passou do 5º lugar no ranking de depositantes, em 2019, para o 2º, em 2020 e, desde o ano passado, lidera os pedidos de patente.

A companhia também superou a marca de 1.200 patentes ativas, mantendo a liderança entre depositantes nacionais, incluindo empresas e universidades, e aguarda a confirmação do INPI para saber se alcançou o recorde nacional, informou a companhia.

"Esse resultado comprova a importância do nosso crescente investimento em pesquisa, que gera benefícios para a sociedade, com aumento da segurança e descarbonização das nossas operações e contribui significativamente para o movimento de transição energética justa que empreendemos", disse em nota o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

De acordo com o Plano Estratégico 2024-2028 da estatal, a área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) receberá US\$ 3,6 bilhões no quinquênio, o

maior valor da história da Petrobras. Os aportes em descarbonização e novas energias devem crescer 30% ao final do Plano, em 2028, de acordo com a empresa.

"Para a Petrobras, tecnologia e conhecimento são fundamentais para um desenvolvimento sustentável, isso está no DNA da companhia. Nossas metas de PD&I visam à eficiência assim como a diversificação de negócios futuros, por meio da inovação e o portfólio de patentes será cada vez mais robusto em consequência disso", destacou o diretor de Engenharia Tecnologia e Inovação da companhia, Carlos Travassos.

PD&I

Na última década, a Petrobras investiu mais de R\$ 24 bilhões em PD&I, sendo a maior parte desse montante em parcerias com Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs). Só em 2022, foram investidos mais de R\$ 4 bilhões, R\$ 1 bilhão a mais do que ano anterior. Os números de 2023 serão conhecidos no próximo balanço

A maioria dos projetos relacionados aos pedidos de 2023 foi desenvolvida para atender demandas de exploração e produção, refino, gás e energia, renováveis e projetos de desenvolvimento sustentável, como descarbonização e redução de emissões.

Nos últimos dois anos, cerca

de 13% das patentes depositadas eram relacionadas à descarbonização e novas energias. Já para este ano, a Petrobras firmou importantes parcerias na área de eólica offshore, processou a primeira carga 100% renovável em uma refinaria e segue investindo em pesquisa de hidrogênio, captura de carbono, eólica e solar e biorrefino, como mencionado, e novos sistemas de produção, entre outros.

Segundo a estatal, o Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes), que completou 60 anos no ano passado, é responsável por articular os esforços de PD&I da Petrobras. Outro impulsionador de inovação da empresa é o programa Petrobras Conexões para Inovação, que conecta a companhia com todo o ecossistema inovador, desde startups, universidades, Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), até empresas.

Só em 2023, foram lançados mais de 200 desafios no âmbito do programa, que totalizou R\$ 1 bilhão em investimento contratado e 800 parcerias firmadas. Dividido em módulos direcionados, ele reúne diferentes formas de desenvolver, testar ou comercializar tecnologias com a Petrobras. No ano passado, por conta dos investimentos em PD&I, a Petrobras recebeu quatro prêmios dentro e fora do País.

SPE Cristina Energia S.A. CNPJ/MF nº 09.077.005/0001-97 – NIRE 33.300.322.922 Ata das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas em 31/12/2021

Data, Hora e Local: No dia 31/12/2021, na sede social da Companhia, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, às 10:00 horas. **Convocação e Presença:** Realizada convocação mediante edital publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nas edições de 23/12/2021, 27/12/2021 e 28/12/2021 e no Diário Comercial nas edições das mesmas datas antes mencionadas, respectivamente. **Publicação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31.12.2020 foram publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, edição de 07/04/2020, página 01 e no Jornal Diário Comercial, edição de 07/04/2020, página 32. **Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente; Srta. Isis Paula Cerinotti Malhaes – Secretária. **Deliberações da Ordem do Dia:** Os senhores acionistas presentes, após análise e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberaram, por unanimidade: **Em Assembleia Geral Ordinária:** **6.1.** Aprovar, em sua íntegra, sem ressalvas ou restrições, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Sociedade, acompanhadas do Relatório de Auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020, conforme publicada. **6.2.** Aprovar a Proposta da Diretoria de Destinação do Resultado do Exercício Social encerrado em 31.12.2020 (Anexo II), conforme segue: **6.2.1.** A Sociedade apurou resultado positivo no exercício social encerrado em 31/12/2020, no valor total de **R\$ 2.127.469,92**, que foi integralmente utilizado para absorver parte dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, que totalizavam **R\$ 5.359.292,51**, antes da compensação com o lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2020, e passaram a ter o saldo de **R\$ 3.231.822,59** após compensação. **6.2.2.** Não há, consequentemente, lucro líquido a ser destinado à constituição de reserva legal e à distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. **6.3.** Tomar conhecimento das renúncias aos cargos de membros da Diretoria da Companhia apresentadas, em 27.04.2021 e 15.09.2021, respectivamente, pelo Sr. **Kleber Ribeiro Cosenza** e Sr. **Marcelo Lamar Pereira Simão**, eleitos em Assembleia Geral Ordinária realizada em 11/02/2021, registrando votos de louvor e agradecimento por toda a sua dedicação e pelos relevantes serviços prestados à Companhia. **6.4.** Para compor a Diretoria da Sociedade, **eleger** o Sr. **(I) Flávio Martins Ribeiro**, RG nº 7696206, expedida pelo SSP/MG e CPF/MF nº 035.898.606-00, para ocupar o cargo de **Diretor sem Designação Específica**; e **releger** os Srs. **(II) Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira**, RG nº 10.341.661-6, SSP/RJ e CPF/MF nº 071.000.747-70, para ocupar o cargo de **Diretor Presidente**; e **(V) Carlos Gustavo Nogari Andrioli**, RG nº 21.793, OAB/PR e CPF/MF nº 861.403.379-68, para ocupar o cargo de **Diretor Sem Designação Específica**, todos com prazo de gestão de até 01 ano a contar da assinatura desta ata, e em conformidade com o artigo 14, § primeiro do Estatuto Social. **6.4.1.** Os Diretores, ora eleitos, declaram que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. A formalização da referida eleição se dará mediante assinatura do termo de posse lavrado no livro de atas da administração, nos prazos e normas previstos no Artigo 149 da Lei nº 6.404/76 e no Artigo 12, § segundo do Estatuto Social. **6.4.2.** Consignar que o diretor **Gustavo Fischer Sbrissia**, eleitos na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 11/02/2021, não foi reeleito. **6.5.** Fixar em até R\$ 12.000,00 o montante global da remuneração anual dos administradores. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** **6.6.** Aprovar o aumento de capital social da Sociedade no montante de **R\$ 4.012.510,22**, com a emissão de 2.886.698 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,39 por ação, fixado de acordo com o critério previsto no inciso II do § 1º do art. 170 da Lei nº 6.404/76, com base no valor do patrimônio líquido da Sociedade, calculado de acordo com o balancete datado de 30.11.2021. **6.6.1.** Registrar que o acionista Tangara Energia S.A. exerce seu direito de preferência e, em conformidade com o artigo 171, caput da Lei 6.404/76, subscreve e integraliza R\$ 4.012.011,21, com a emissão de 2.886.339 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, conforme boletim de subscrição em anexo (Anexo II). **6.6.2.** Registrar que, em conformidade com o artigo 171, caput e § 4º da Lei 6.404/76 e o artigo 7º do estatuto social da Companhia, os demais acionistas da Companhia terão direito de preferência para subscrição e integralização do aumento de capital na proporção das suas respectivas participações. **6.6.2.1.** Os acionistas devem exercer tal direito no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste ato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Diário Comercial, mediante o comparecimento na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 4º andar, Jacarepaguá, na Cidade do Rio de Janeiro-RJ, CEP 22.775-028, munidos de cópia do seu CPF, da sua cédula de identidade e do seu comprovante de residência, para efetuar em respectiva subscrição e firmarem o boletim de subscrição, informando se interessará pelas sobras. **6.6.2.2.** Caso nenhum dos demais acionistas compareça, a Tangara Energia S.A. subscreverá e integralizará, em nome próprio, toda a parcela remanescente do aumento ora aprovado em até 30 após o término do prazo citado no item 6.5.2.1, com assinatura do respectivo boletim de subscrição. **6.7.** Alterar, em consequência do aumento de capital social aprovado, a redação do artigo 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º – O capital social da companhia parcialmente subscrito e integralizado é de R\$ 19.784.416,67, dividido em 15.807.873 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."** **6.8.** Em razão da entrada em vigor, em 01/01/2022, das alterações às normas de publicação previstas na Lei 13.818 de 24/04/2019, aprovar a modificação dos jornais onde são realizadas as publicações da Companhia, de forma que todas as publicações previstas em lei, a partir de 01/01/2022, deverão ser realizadas somente no **"Jornal Diário do Acionista"**, nos termos do artigo 289 da Lei de Sociedades Anônimas. **6.9.** Consignar que a Companhia é afiliada da Perol Energia S.A. (CNPJ 09.629.945/0001-41), Brookfield Energia Renovável S.A. (CNPJ 02.808.298/0001-96), TERP GLBL Brasil Participações Ltda. (CNPJ 21.748.188/0001-20), Topázio Energia S.A. (CNPJ 09.627.323/0001-84), Itiquira Energia S.A. (CNPJ 00.185.041/0001-08), Rio Casca Energia S.A. (CNPJ 09.597.979/0001-00), Lethe Energia S.A. (CNPJ 25.227.949/0001-50), Duas Lagoas Energética S.A. (CNPJ 23.540.237/0001-60), Mirante Energética

S.A. (CNPJ 23.541.412/0001-34) e suas respectivas controladas e controladoras, sendo, portanto, todas pertencentes ao mesmo "grupo econômico". **6.10.** Lavrar a presente ata em forma de sumário, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Assinaturas:** Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente da Mesa e Isis Paula Cerinotti – Secretária. **Acionista:** Tangara Energia S.A. Rio de Janeiro, RJ, 31/12/2021. **Anexo II: Estatuto Social Consolidado: Capítulo I: Sede, Objeto e Duração. Denominação e Características: Artigo 1º – A SPE Cristina Energia S.A.** (doravante apenas SPE Cristina ou Companhia) é uma sociedade anônima que se rege por este estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Sede, Foro e Dependências: Artigo 2º –** A Companhia tem sede e foro na cidade e estado do Rio de Janeiro na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028 (Referência: entrada pela Av. Antonio Gallotti), podendo manter, abrir e fechar filiais em qualquer localidade do país ou do exterior por deliberação da Diretoria. **§ único.** A Companhia tem filial no município de Cristina, Estado de Minas Gerais, Rodovia MG 347, KM 19, Zona Rural, s/n, CEP 37.476-000, inscrita no CNPJ sob o nº 09.077.005/0002-78 e NIRE 31.90227492-4, denominada **Pequena Central Hidrelétrica Cristina; Objeto Social: Artigo 3º –** A Companhia tem por objeto social: (a) a implantação e a exploração, como Produtor Independente, da Pequena Central Hidrelétrica Cristina ("PCH Cristina" ou "PCH"); (b) a produção e a comercialização da potência e da energia geradas pelas PCH; (c) a manutenção, a operação e a exploração de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõem a PCH; (d) a comercialização de créditos de carbono; e (e) o exercício de outras atividades correlatas ao seu objeto social.. **Duração: Artigo 4º –** O prazo de duração da companhia é indeterminado. **Capítulo II: Do Capital Social e das Ações: Do Capital Social: Artigo 5º –** O capital social da companhia parcialmente subscrito e integralizado é de R\$ 19.784.416,67, dividido em 15.807.873 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Das ações: Artigo 6º –** A cada uma das ações ordinárias é atribuído um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 7º –** Quando os acionistas da Companhia tiverem a prerrogativa para o exercício do direito de preferência, o prazo para seu exercício será de 30 dias contados de um dos dois seguintes eventos que antes ocorrer: a) primeira publicação da ata ou do extrato da ata que contiver a deliberação de aumento de capital; ou b) primeira publicação de específico aviso aos acionistas, quando este for feito pela administração da Companhia. **Artigo 8º –** Por decisão da Assembleia Geral de Acionistas, a Companhia poderá passar a manter suas ações nominativas sob a forma escritural, em contas de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira que designar, sem emissão de certificados." **Integralização: Artigo 9º –** O acionista subscritor de ações que não obedecer aos prazos e condições estabelecidas pela Assembleia Geral para a integralização das ações subscritas ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se, até a data da integralização, ao pagamento de juros de mora de 12% ao ano, de correção monetária com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida entre o mês da subscrição e o do efetivo pagamento, e de multa correspondente a 10% do valor das prestações em atraso. **Capítulo III: Da Assembleia Geral: Competência: Artigo 10 –** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todas as matérias relacionadas com o objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Instalação: Artigo 11 –** A Assembleia Geral será sempre convocada pelo Diretor Presidente da Companhia, e instalada e presidida por mesa composta de presidente e secretário, escolhidos pela maioria dos acionistas presentes. **§ único.** Independentemente das formalidades previstas em lei e neste estatuto, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Assembleia Geral Ordinária: Artigo 12 –** Anualmente, nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, será realizada Assembleia Geral Ordinária, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência, previstas no art. 132 da Lei nº 6.404/76. **Assembleia Geral Extraordinária: Artigo 13 –** A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamiento dos acionistas e nos casos previstos em lei e neste Estatuto. **Capítulo IV: Da Administração da Companhia: Artigo 14 –** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de no mínimo 2 e no máximo 6 diretores, sendo 1 Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com prazo de gestão de 1 ano, permitida a reeleição. **§ 1º –** O prazo de gestão dos Diretores se estende até a investidura dos novos Diretores eleitos. **§ 2º –** Os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro de Atas de Reunião da Diretoria. Os Diretores que forem reeleitos serão empousados pela Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. **§ 3º –** Os Diretores serão substituídos, em suas ausências e impedimentos ocasionais, pelos demais membros da Diretoria. Em caso de ausência ou impedimento permanente, a Assembleia Geral elegerá substituto, que exercerá o mandato até o término do prazo de gestão do diretor substituído. **Reuniões: Artigo 15 –** A Diretoria reunir-se-á sempre que o exigirem os interesses sociais, na sede da Companhia ou no local indicado na convocação. A convocação cabe ao Diretor Presidente, que também presidirá a reunião. **§ 1º –** As reuniões serão convocadas através de aviso escrito, por meio de carta, telegrama, fax ou correio eletrônico, enviado a cada Diretor com antecedência mínima de 5 dias da data da reunião, devendo haver a confirmação do recebimento. **§ 2º –** Independentemente das formalidades previstas acima, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores. **§ 3º –** A reunião instalar-se-á com a presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria e deliberará pela maioria dos membros presentes. Em caso de empate, o Presidente terá, além do seu voto, o voto de qualidade. **§ 4º –** As atas das reuniões e as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio. **Representação da Companhia: Artigo 16 –** A representação ativa e passiva da companhia será exercida por 2 Diretores conjuntamente, por 1 Diretor em conjunto com um procurador especialmente nomeado ou por 2 procuradores em conjunto. **§ 1º –** A Companhia será, excepcionalmente, representada isoladamente por qualquer dos membros da Diretoria, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimento pessoal. **§ 2º –** A Diretoria poderá, ainda, designar 1 de seus membros ou constituir um procurador, para representar a Companhia em atos e operações específicas, no País ou no Exterior. **Artigo 17 –** A Diretoria poderá constituir procuradores da Companhia, sempre mediante a assinatura conjunta de 2 Diretores ou de um Diretor em conjunto com um Procurador, devendo ser especificados os atos e operações

REQUERIMENTO DE LICENÇA
CONSTRUTORA NOVOLAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.633.447/0003-58, torna público que REQUEREU junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico – SMDUE, através do Processo EIS-PRO-2021/02421, a Licença Municipal Prévia – LMP, para desenvolvimento loteamento, sito à Estrada do Campinho, S/N, Lote 04 – PAL 26.808, Campo Grande/RJ.

EMISSION DE LICENÇA DE MANEJO DE FAUNA
SPE RIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 43.791.907/0001-29, torna público que RECEBEU da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico – SMDUE, através do Processo EIS-PRO-2022/06570.03, a Autorização Ambiental Municipal Para Manejo de Fauna Silvestre – AMF-2023/00040, para resgate de fauna, incluindo apanha, captura, translocação e transporte de espécimes animais na área de influência direta e indireta do empreendimento situado à Rua Franz Weissman, 600 (Lotes 01 e 02) - Jacarepaguá/RJ.

ARCOVERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 28.008.887/0001-83 - NIRE 33.3.0033453-0
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2023
1. Data, Hora e Local: no dia 04 de dezembro de 2023, às 16:00h, na sede da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801, Botafogo, CEP: 22.250-908. **2. Presença:** Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. **4. Mesa:** Presidente - Sra. Cynthia Sisonetto Lemos; Secretária - Sra. Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca. **5. Ordem do Dia:** (i) Abertura de filiais da Companhia nos Municípios de São João e Pararamatama no Estado de Pernambuco e (ii) aprovação da reversão de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) da reserva de retenção de lucros constituída nos termos da Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 26/04/2023, para fins de distribuição de dividendos ao acionista a serem pagos até dia 31/12/2023. **6. Deliberações:** Após discutir e analisar os temas propostos na ordem do dia e documentos correlatos, o acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberou: **6.1.** Aprovar a abertura das filiais da Companhia nos Municípios de São João e Pararamatama no Estado de Pernambuco. **6.1.1.** Em razão da presente deliberação, altera-se do Artigo Segundo do Estatuto Social da Companhia que passa a vigorar com a seguinte nova redação: **"Artigo Segundo - A Companhia tem sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801, Botafogo, CEP: 22250-040, podendo abrir e encerrar agências, escritórios e filiais em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria. Parágrafo Único - A Companhia mantém filiais nas seguintes localidades: a) na Rodovia PE 177, km 7, Zona Rural, Município de São João, Estado do Pernambuco, CEP: 55435-000 (doravante Subestação Garanhuns II); b) no Sítio Timóteo, s/nº, acesso via BR 423, Km 118,5, Zona Rural, Município de Pararamatama, Estado do Pernambuco, CEP: 55.355-000 (doravante Subestação Caetés II)".** **6.1.2.** Em virtude das alterações acima deliberadas, consolida-se o Estatuto Social da Companhia no Anexo forma do Anexo I. **6.2.** Aprovar a reversão de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) da reserva de retenção de lucros constituída nos termos da Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 26/04/2023, para fins de distribuição de dividendos ao acionista a serem pagos até dia 31/12/2023. **6.3.** Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta assembleia, incluindo os registros públicos correspondentes. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **8. Assinaturas:** Mesa: Cynthia Sisonetto Lemos (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: V2I Energia S.A., neste ato representada por seus representantes legais. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. Cynthia Sisonetto Lemos - Presidente da Mesa; Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Secretária. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 28/12/2023 sob o nº 00005956162, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

que poderão praticar. **§ único.** As procurações terão sempre prazo determinado, não excedente a 1 ano, salvo aquelas que contemplarem os poderes da cláusula *ad judicia*. **Competência: Artigo 18 –** Compete à Diretoria a prática de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, e à plena realização do seu objeto social. **Artigo 19 –** Ao Diretor Presidente compete, especificamente: (a) Formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral, com a participação dos demais Diretores; (b) Exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia; (c) Convocar as Assembleias Gerais; e (c) Convocar, presidir e instalar as Reuniões da Diretoria. **§ único.** Em suas ausências e impedimentos temporários, o Diretor Presidente indicará um dos demais diretores para substituí-lo. **Artigo 20 –** Os Diretores sem designação especial exercerão as atribuições que lhes forem conferidas pela Assembleia Geral e pelo Diretor Presidente. **Remuneração: Artigo 21 –** A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos Diretores e dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, que será distribuída entre eles mediante deliberação da Diretoria. **Capítulo V: Do Conselho Fiscal: Composição e Funcionamento: Artigo 22 –** A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, que só será instalado pela Assembleia Geral a pedido dos acionistas, nos casos previstos em Lei. **Artigo 23 –** O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia geral ordinária após a sua instalação. **Artigo 24 –** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas da representação e participação nos lucros. **Capítulo VI: Exercício Social, Balanço e Resultados. Exercício Social: Artigo 25 –** O exercício social terá a duração de 1 ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Demonstrações Financeiras: Artigo 26 –** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as Demonstrações Financeiras da Companhia, segundo os critérios estabelecidos pela Lei nº 6.404/76 e pelas demais normas e princípios contábeis geralmente aceitos, submetendo-as à deliberação da Assembleia Geral. **Destinação dos Resultados: Artigo 27 –** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. **§ 1º –** Do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% do capital social. **§ 2º –** Será destinado ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório valor não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 e seus incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76. **§ 3º –** Atendida a destinação prevista nos parágrafos anteriores, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral. **Dividendos Intermediários: Artigo 28 –** A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, distribuir dividendos com base em resultados apurados em balanço semestral ou levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, observado o que dispõe o art. 204, § 1º da Lei nº 6.404/76. **§ 1º –** A Diretoria poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas existentes no último balanço anual ou semestral. **§ 2º –** Os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em benefício da Companhia. **Capítulo VII: Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 29 –** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em Lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, a quem competirá eleger o liquidante. **§ único.** Durante o período de dissolução, liquidação e extinção, o Conselho Fiscal somente funcionará a pedido de acionistas. **Capítulo VIII: Disposições Finais: Artigo 30 –** Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela legislação brasileira aplicável a este tipo societário. **Capítulo VII – Resolução de Conflitos: Artigo 31.** A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio da arbitragem administrada pela Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem ("Câmara"), todas e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6404/76 e no Estatuto Social da Companhia, de acordo com o regulamento da Câmara. **§ 1º.** A arbitragem ficará a cargo de tribunal arbitral sediado na Cidade do Rio de Janeiro-RJ, constituído por 3 árbitros a serem nomeados nos termos do regulamento da Câmara, devendo a Parte requerente nomear um árbitro e a Parte requerida nomear outro árbitro, sendo que o terceiro árbitro, que presidirá os trabalhos, será nomeado pelos dois árbitros acima mencionados. Não será permitida a instalação de arbitragem multilateral, ou seja, procedimento arbitral composto por mais de dois polos em litígio. Será permitida, contudo, a presença de mais de uma parte, sejam pessoas físicas ou jurídicas, em cada polo. **§ 2º.** Quaisquer omissões, litígios, dúvidas e falhas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas Partes ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela Câmara. **§ 3º.** A língua da arbitragem será o português, e a arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil, sendo vedado o julgamento por equidade. **§ 4º.** As decisões da arbitragem serão consideradas finais e definitivas pelas Partes, delas não cabendo qualquer recurso, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem. **§ 5º.** Ressalvadas as disposições em contrário que constem na decisão arbitral, cada Parte pagará os honorários, custas e despesas do árbitro por ela indicado, e os honorários, custas e despesas do terceiro árbitro serão rateadas na proporção de 50% para cada uma. Caso haja mais de uma parte em um dos polos do procedimento arbitral, os honorários, custas e despesas alocados ao referido polo serão rateados em igualdade de condições entre tais partes. **§ 6º.** Em face do disposto nesta Cláusula compromissória, toda e qualquer medida cautelar deverá ser requerida (i) ao tribunal arbitral (Caso este já tenha sido instaurado) e implementada por meio de requerimento do tribunal arbitral ao juiz estatal competente; ou (ii) diretamente ao Poder Judiciário (caso o tribunal não tenha sido instaurado), no foro da comarca onde a medida cautelar deva ser cumprida pela Parte requerida. **§ 7º.** As partes deverão manter em sigilo todas e quaisquer informações relacionadas à arbitragem, mesmo após seu encerramento. **Confere com o original lavrado no Livro de Atas de Assembleias Gerais da SPE Cristina Energia S.A.** Rio de Janeiro, RJ, 31/12/2021. Isis Paula Cerinotti Malhaes – Secretária Designada. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 29/12/2022 sob o nº 00005230987 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 00-2022/947287-7 de 28/12/2022. Jorge Paulo Magdalenlo Filho – Secretário Geral.

USP

Universidade de SP abre cursos de verão para 17 carreiras

RENATA OKUMURA/AE

A Universidade de São Paulo (USP) abriu cursos de verão nas áreas de Matemática, Estatística e Ciência da Computação. Segundo a instituição, no momento há vagas em 17 cursos pagos, com opções de aulas presenciais e online para a comunidade. As aulas começam entre esta segunda-feira e 5 de fevereiro, conforme o calendário organizado.

As taxas variam entre R\$ 70 e R\$ 300. Podem participar interessados da comunidade interna e externa, segundo a USP. Alguns cursos poderão ter vagas liberadas, correspondentes às reservadas que não foram efetivadas (caso o boleto não seja pago em dois dias úteis).

A edição de 2024 do Programa de Verão do Instituto de Matemática e Estatística (IME) da USP promove 32 cursos de curta duração nas áreas de Matemática, Matemática Aplicada, Estatística e Ciência da Computação, dos quais mais de vinte ainda possuem vagas

disponíveis.

"Há opções presenciais, sediadas no instituto no bairro do Butantã, em São Paulo, e online, de forma síncrona, sendo que alguns cursos têm duas turmas", afirmou o governo estadual em comunicado. O IME fica localizado na Rua do Matão.

Em sua 53ª edição este ano, o programa tem início nesta segunda-feira e vai até 23 de fevereiro, mas cada curso segue um calendário e é indicado a um público.

COMO PARTICIPAR

Para se inscrever, é preciso criar seu cadastro, selecione o curso de interesse clicando no ícone da seta correspondente na página geral do programa, confirme o processo e pague o boleto. É possível participar de mais de um curso, mas há o limite de uma inscrição por dia.

Em caso de dúvida, entre em contato com a equipe do programa pelo telefone (11) 3091-6169 ou e-mail verao@ime.usp.br.

TEMPORAL

Chuvas alagam ruas e derrubam árvores

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

As fortes chuvas que atingiram a capital paulista na tarde de ontem provocaram o transbordamento do Córrego Lajeado, fazendo com que a região de São Miguel Paulista, na zona leste, ficasse em estado de alerta entre as 16h30 e as 17h04.

Às 17h17, nenhuma região da cidade estava mais em estado de alerta ou de atenção, mas as chuvas provocaram queda de granizo e alagamentos em 19 ruas ou avenidas da capital paulista, sendo que cinco delas permanecem intransitáveis para carros neste momento.

O Corpo de Bombeiros informou ainda que atendeu 187 chamados para queda de árvores, a maior parte deles referentes à zona sul da capital. Em um desses chamados, no Jardim Paulista, uma árvore atingiu fios de alta-tensão e caiu sobre um veículo, impedindo que as vítimas saíssem imediatamente do veículo. Segundo os bombeiros, as vítimas conseguiram depois

sair do veículo, sem ferimentos.

Os bombeiros informaram ainda que receberam chamadas para 11 ocorrências de enchentes em São Paulo e que houve queda de marquise no Parque Ibirapuera, deixando quatro pessoas feridas.

O Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas de São Paulo informou que as chuvas perderam a força. Segundo o centro, nas próximas horas, não há previsão de chuva forte na cidade.

De acordo com o órgão, esta semana será típica de verão, com calor forte combinado com a umidade. Essa condição deve favorecer o surgimento de nuvens de grande desenvolvimento vertical e que provocam chuva moderada a forte, principalmente entre quinta-feira (11) e sábado (13).

Há potencial para formação de alagamentos, transbordamento de rios e córregos, bem como queda de árvores, em função de eventuais rajadas de vento durante os eventos chuvosos.

BIRITIBA MIRIM

Governador em exercício entrega Poupatempo

O posto tem capacidade para até 130 atendimentos diários e amplia o acesso a serviços públicos no município O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), André do Prado, tomou posse na manhã desta segunda-feira como governador em exercício durante cerimônia na sede do Parlamento paulista. No final da manhã, ele inaugurou um posto do Poupatempo em Biritiba Mirim e participou de encontro com autoridades estaduais e municipais em Guararema.

"É um dia muito especial da minha vida, depois de 31 anos de vida pública, estar por um dia assumindo o Governo do Estado e poder representar 45 milhões de pessoas. É um orgulho e uma honra muito grande. E o Poupatempo de Biritiba é o primeiro entregue em 2024 e também vai atender toda a população de Salesópolis", afirmou André do Prado na solenidade que reuniu parlamentares e secretários estaduais. Hoje, Tarcísio de Freitas

reassume o comando da gestão estadual após recesso de 15 dias.

A entrega do Poupatempo em Biritiba Mirim teve a presença de autoridades estaduais e municipais, além de gestores e servidores da unidade. Implantedo em parceria com a prefeitura local, o posto tem capacidade para até 130 atendimentos diários e amplia o acesso a serviços públicos no município, em benefício direto de uma população de 32 mil pessoas.

As unidades do Poupatempo oferecem atendimento para solicitação de RG, primeira via e alteração de dados cadastrais da CNH, mudança na característica ou transferência interestadual de veículo e intenção de matrícula escolar, entre outros.

Pelos canais eletrônicos, o Poupatempo também disponibiliza serviços como renovação de CNH, licenciamento de veículos, consulta de IPVA, Carteira de Trabalho Digital, seguro-desemprego e atestado de antecedentes criminais.

RÉVEILLON

Virada do ano gera impacto de R\$ 3,8 bi no Turismo

GOVERNO DO ESTADO DE SP



Os números do Turismo no Estado de São Paulo na virada de 2023 para 2024 mostram o quanto esta época é significativa para a economia local. Estima-se que a circulação de 3,3 milhões de turistas gerou nas festas de Ano Novo no Estado uma receita de aproximadamente R\$ 3,8 bilhões, segundo o Centro de Inteligência da Economia do Turismo (Ciet), ligado à Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de SP (Setur-SP).

"É interessante ver como o turismo pode desempenhar um papel fundamental no crescimento econômico, especialmente durante eventos sazonais como o Réveillon. Isso ressalta a importância do setor para São Paulo, não apenas em termos de

receita, mas também na criação de empregos e no desenvolvimento da infraestrutura local", disse Roberto de Lucena, secretário de Turismo e Viagens de SP.

Segundo sondagem da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de São Paulo (Abih-SP), a média foi de 80% em acomodações em todo o Estado. Na capital paulista, a estimativa é que tenham passado 2,5 milhões de pessoas na semana do Ano Novo e uma média de 70% de ocupação na rede hoteleira, 20% a mais em relação a 2022. Em hotéis que estavam oferecendo ceia, a taxa alcançou a média dos 100% de ocupação.

O litoral paulista, conhecido por suas belas praias e festividades animadas, atraiu uma quantidade significativa de visitantes.

Santos teve ocupação hoteleira média de 84% na noite da virada e quase 600 mil turistas na cidade para o evento. A cidade de São Sebastião, no Litoral Norte, ficou lotada para a virada do ano, com média de 90% na ocupação hoteleira.

Ilhabela recebeu aproximadamente 40 mil visitantes e teve ocupação hoteleira média de 90%. A cidade estima que o turismo injetou em torno de R\$ 42 milhões na economia local no período.

Priscila Trevisani, de 41 anos, formada em Relações Públicas e moradora da capital paulista, passou pelo segundo ano seguido a virada com a sua família na cidade de Bertioga, no Litoral Norte, na praia de Guaratuba. Segundo ela, a cidade estava su-

peragitada na última semana do ano, o que mostra uma movimentação em toda a cadeia do turismo.

"Gostamos muito, pois a gente vem com crianças, cachorros e amigos. No total, estávamos em 15 pessoas na virada do ano. Fomos jantar na praia de Riviera, que fica a 15 minutos de Guaratuba, e não conseguimos. Filas de espera de mais de 1 hora, supermovimentado, muita gente de fora. Nesta época, todos os restaurantes estavam com filas. Difícil de parar", conta Priscila.

O Centro de Controle de Infrações (CCI) da Artesp contabilizou 10 milhões de veículos circulando pelas rodovias que dão acesso à Baixada Santista e Litoral Norte, no período de 28 de dezembro a 1º de janeiro.

DETRAN

Motoristas já podem indicar real infrator pelo app da Carteira Digital

A indicação do real infrator já está disponível para condutores paulistas pelo aplicativo da Carteira Digital de Trânsito (CDT). A funcionalidade, que entrou no ar no dia 1º deste ano e tem a adesão do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP), possibilita aos proprietários de veículos transferirem multas de maneira totalmente online quando a infração é cometida por outro condutor.

De 1º a 6 de janeiro, mais de 700 indicações de real condutor já foram realizadas de forma digital. Desse total, 60% foram feitas pela Carteira Digital de Trânsito (CDT), o que representa 430 indicações - nesse caso, todas já tiveram a indicação confirmada/aceita.

É importante que o condutor indicado aceite a responsabilidade pela infração por meio do aplicativo, assumindo apenas os pontos da infração determinada, eliminando a necessidade de comparecimento presencial ao órgão autuador. Para isso, ele deve acessar o app CDT ou o Portal da Senatran, e confirmar a indicação por meio do seu próprio cadastro, após o preenchimento da indicação pelo proprietário do veículo.

O app CDT concentra toda a documentação do condutor e seus veículos no celular, incluindo a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e o Certificado de Registro e Licenciamento

do Veículo (CRLV). Já o Portal de Serviços da Senatran disponibiliza uma plataforma online com diversos serviços relacionados ao trânsito, como consulta de CNH, dados do veículo, infrações e outras funcionalidades.

Para o secretário nacional de Trânsito, Adrualdo Catão, oferecer o serviço aos cidadãos paulistas é reconhecer a grandiosidade do trânsito no estado e garantir mais eficiência à gestão colaborativa do trânsito.

"A funcionalidade é um avanço significativo na estratégia de transformação digital do país, representando uma ação de modernização coordenada entre os governos estadual e federal. Foca em facilitar a vida do cidadão, tornando os processos mais acessíveis e eficientes", afirma Catão.

A nova funcionalidade combate a burocracia e reduz a possibilidade de fraudes, já que envolve a assinatura eletrônica do proprietário do veículo e do condutor responsável pela infração com uso da tecnologia GovBR. O sistema possui um robusto processo de autenticação e é alvo de monitoramento permanente, reduzindo drasticamente a exposição a fraudes.

"Essa é mais uma iniciativa que simplifica a vida do cidadão paulista. O processo todo permitirá aos condutores do nosso Estado uma experiência mais eficiente e acessível", explica o

presidente do Detran-SP, Eduardo Aggio.

Como o maior órgão executivo de trânsito do país, o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo é responsável por 28% da frota brasileira, com mais de 32 milhões de veículos registrados e mais de 27 milhões de motoristas habilitados em todo o Estado. Mensalmente, emite aproximadamente 400 mil Carteiras Nacionais de Habilitação (CNHs) e 1,2 milhão de Certificados de Registro e Licenciamento Veicular (CRLVs).

Além de São Paulo, a indicação eletrônica também é utilizada pelos órgãos de trânsito do Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Alagoas e Minas Gerais.

FACILIDADE

A possibilidade de indicar o real condutor infrator de forma digital é uma das facilidades decorrentes da adesão do Detran-SP a sistemas estruturantes nacionais, como a Carteira Digital de Trânsito (CDT) e o Sistema de Notificação Eletrônica (SNE), realizada em março de 2023.

O SNE é um meio de comunicação virtual disponibilizado aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e aos proprietários de veículos e condutores habilitados, que permite receber e enviar informativos, co-

municados e documentos de forma digital, ver detalhes de cada multa, reconhecer o cometimento da infração, copiar o código de pagamento e realizar a indicação do condutor responsável pela infração, além da quitação das multas de trânsito com até 40% de desconto, desde que reconheçam a infração e abram mão de apresentar defesa ou recurso à notificação.

PESSOAS JURÍDICAS

A indicação de real condutor infrator para veículos cujos proprietários sejam pessoas jurídicas (CNPJ) é obrigatória, sob pena da imposição de mais uma autuação relativa à ausência de identificação do infrator. Nesse caso, a indicação passará a ser realizada exclusivamente pelo site do Detran-SP.

ÓRGÃOS AUTUADORES

A facilidade de indicação digital do real condutor estará ativada para as multas aplicadas pelo Detran-SP. Os outros órgãos atuadores do Estado, inclusive as prefeituras, devem aderir ao novo processo digital em até 90 dias, a fim de que ofereçam a mesma facilidade em relação às multas por eles aplicadas aos cidadãos paulistas. A partir daí, os reais condutores infratores de todas as multas aplicadas no estado de São Paulo também poderão ser indicados de forma digital.

8 DE JANEIRO

Lula diz que não há perdão quem atenta contra democracia

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**), defendeu ontem, que todos aqueles que financiaram, planejaram e executaram a tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023 sejam "exemplarmente punidos". "Não há perdão para quem atenta contra a democracia, contra seu país e contra o seu próprio povo. O perdão soaria como impunidade. E a impunidade, como salvo conduto para novos atos terroristas", disse Lula em evento pró-democracia que marca um ano da invasão e depredação da sede dos três Poderes.

E afirmou: "Se a tentativa de golpe fosse bem-sucedida, a vontade soberana do povo brasileiro teria sido roubada. E a democracia, destruída. A esta altura, o Brasil estaria mergulhado no caos econômico e social. O combate à fome e às desigualdades teria voltado à estaca zero."

Lula disse que a democracia foi "salva", mas "nunca está pronta" e precisa ser "construída e cuidada todos os dias". "A democracia é imperfeita, porque somos humanos, e, portanto, imperfeitos. Mas temos, todas e todos, o dever de unir esforços para aperfeiçoá-la", afirmou o



presidente, acrescentando em seguida que é preciso reconhecer que "democracia para poucos não é democracia" e que "não há democracia plena enquanto persistirem as desigualdades". E destacou: "Se formos capazes de deixar divergência de lado para defendermos democracia, somos capazes de nos unirmos para construir país mais justo."

HISTÓRICO POLÍTICO

O presidente disse ainda que sua história e a de seu partido, o PT, devem ser usadas em defesa das urnas eletrônicas e do processo eleitoral brasileira. Lula citou que foi derrotado diversas vezes

desde a redemocratização. Em 1989, quando foi candidato a presidente da República pela primeira vez, ele perdeu para Fernando Collor de Melo. "Quando alguém colocar dúvidas sobre a democracia no Brasil, seria bom se vocês não tivessem receio de usar minha história e do meu partido. Desde 1989, eu disputei eleições. Não tem ninguém que disputou tanto como eu e que perdeu tanto como eu e que ganhou tantas como eu. Essa é a grande arma de participar", disse o presidente. E acrescentou: "Se houvesse possibilidade de falsificar as urnas eleitorais, será que eu teria sido

eleito tantas vezes presidente da República? Será que teríamos conseguido eleger a Dilma Rousseff naquela campanha de 2014 num clima de guerra que foi estabelecido nesse país." Lula ainda criticou, sem mencionar, o ex-presidente Jair Bolsonaro pelos questionamentos às urnas eletrônicas. "As pessoas que duvidam da legalidade das urnas brasileiras porque perderam as eleições, porque não pedem para seu partido renunciar todos os deputados e senadores que foram eleitos? Os três filhos deles que foram eleitos, porque não renunciam em protesto à urna fraudulenta?", questionou, ironicamente, o presidente da República, em referência aos três filhos de Bolsonaro que foram eleitos para cargos públicos (Flávio, Eduardo e Carlos).

ALTERNÂNCIA DE PODER

Lula defendeu o sistema democrático, que, segundo ele, é o único que possibilita que "um país do tamanho do Brasil tenha, pela primeira vez na sua história, uma alternância de poder que permite que um metaplúrgico chegue à Presidência da República".

Moraes: absolutamente todos que pactuaram com quebra da democracia serão 'punidos'

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, afirmou ontem, durante ato no Congresso que marca um ano dos ataques golpistas de 8 de janeiro, que a impunidade não representa paz ou união e que todos aqueles que pactuaram "covardemente" com a quebra da democracia serão investigados, processados e responsabilizados na medida de suas culpabilidades. "Hoje é momento de reafirmar para os presentes que somos um único País, somos um único povo e que a paz e a união de todos os brasileiros devem estar no

centro das prioridades dos Três Poderes e de todas as instituições. Mas o fortalecimento da democracia não permite confundirmos paz e união com impunidade, apaziguamento ou esquecimento", disse Moraes, durante seu discurso no ato. O ministro reforçou que a democracia brasileira não permitirá a "ignóbil" política de apaziguamento e disse que ignorar o "grave" atentado ao Estado de direito seria equivalente a encorajar grupos extremistas à prática de novos atos criminosos e golpistas. No início do discurso, Moraes parabenizou a condução da então presidente do STF, Rosa Weber,

na reconstituição física da Corte após a destruição dos prédios dos Três Poderes pelos criminosos no dia 8 de janeiro de 2023. Ele afirmou que a liderança da magistrada garantiu que o Supremo não deixasse de cumprir sua missão constitucional. "Ela (Rosa Weber) deixou bem claro a todos golpistas que o Poder Judiciário é muito mais que prédios, tijolos, mármore e construção. Judiciário é devoção à Constituição Federal. (...) Poder Judiciário é a fé inabalável no Estado democrático de direito e na defesa dos direitos fundamentais. A democracia permaneceu inabalada", afirmou Moraes.

VITÓRIA DA DEMOCRACIA O presidente do TSE classificou os atos do dia 8 como "tentativa de golpe" e reafirmou que, um ano após as tentativas contra o Estado de direito, a democracia venceu e o Estado constitucional prevaleceu. "Não só é o momento de reafirmação da solidez, da resiliência da República brasileira e da força de nossas instituições, mas também de celebrar a união de todas as autoridades dos Três Poderes em torno da Constituição em defesa da democracia ocorrida a um ano atrás", disse Moraes.

Atos de violência contra a democracia hão de ter consequências penais, diz PGR, Paulo Gonet

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, disse ontem, em evento que marca um ano dos atos golpistas de 8 de janeiro, que o preço da liberdade é a "eterna vigilância" e que, para o

Ministério Público Federal (MPF), é "reagir ao que se fez no passado para que se recorde que atos contra democracia hão de ter consequências penais". "Não deve causar surpresa, mas deve ser visto como sinal de saúde da democracia que pes-

soas não importa que status social venham a ser responsabilizadas", disse Gonet. "É o próprio povo, por meio das leis, que impõe que sejam tratadas como crime as inadmissíveis insurgências contra a democracia", completou.

De acordo com Gonet, o papel do MP é "o que já vem sendo feito há um ano: apurar a responsabilidade por apoiadores de Bolsonaro já foi atestada por o Judiciário os castigos merecidos". De acordo com o PGR, essa é a forma de "prevenir que o passado que se lamenta não ressurgir".

AtlasIntel: maioria vê Bolsonaro como responsável pelo 8/1 e quer 'punição legal'

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO/AE

A maioria dos brasileiros considera o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) responsável pelos atos golpistas do 8 de Janeiro que culminaram nas invasões do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF) e avaliam que ele deveria ser punido pela Justiça. É o que aponta pesquisa AtlasIntel divulgada ontem. De acordo com o instituto, 52% responsabilizam Bolsonaro pelas invasões, contra 44% que não atribuem responsabilidade a ele. O índice é similar quando os entrevistados são questionados se o ex-presidente deveria sofrer alguma punição legal:

52,8% responderam que sim e 43,3%, que não. Entre os que acham que Bolsonaro precisa ser punido, 53,4% afirmam que ele deveria ser preso, 53,1% que ele deveria perder os direitos políticos e a possibilidade de ser candidato - o ex-presidente já está inelegível -, enquanto 14,2% defendem que pague uma multa e 9,6% que ele sofra outra punição. Neste caso, a soma é superior a 100% porque é possível escolher mais de uma alternativa. A pesquisa entrevistou 1.200 pessoas entre domingo, 7, e esta segunda-feira, 8, por meio de recrutamento digital aleatório (entrevistas online). A margem de erro é de 3 pontos percentuais para mais ou para menos e

o nível de confiança é de 95%. A reprovação e aprovação do 8 de janeiro oscilaram dentro da margem de erro na comparação com os resultados da rodada da pesquisa realizada em janeiro do ano passado. Naquela ocasião, 76% discordavam das invasões dos prédios dos Três Poderes, enquanto 15% concordavam. Agora, são 74% e 15%, respectivamente. Durante seu mandato, Bolsonaro colocou em dúvida diversas vezes o sistema eleitoral brasileiro e a confiabilidade das urnas eletrônicas, cuja segurança já foi atestada por especialistas e entidades. Segundo a AtlasIntel, 57% dos eleitores acreditam que Lula (PT) teve mais votos que Bolsonaro na eleição de

2022, contra 38% que responderam que o petista não foi mais votado do que o candidato derrotado. O instituto também perguntou se as invasões dos prédios públicos por apoiadores de Bolsonaro foram justificadas: 59% disseram que o ato foi completamente injustificado, 15% consideraram apenas parcialmente justificado e 13,6% completamente justificado. Questionados sobre qual foi a principal razão do ato golpista, 34,2% apontaram o fanatismo político e a polarização. Outros 20,8% citaram fraude eleitoral e 18,8% "tentativa de golpe de Estado". Também foram mencionados manipulação de terceiros (12,12%) e patriotismo (2,4%).

POLÍCIA FEDERAL

Lesa Pátria prendeu 1393 e confiscou R\$ 25 mi de golpistas do 8/1

RAYSSA MOTTA/AE

Com a 23ª fase da Operação Lesa Pátria, aberta simbolicamente ontem, data em que os atos golpistas do dia 8 de janeiro de 2023 completam um ano, a Polícia Federal já encontrou e prendeu 97 suspeitos que não haviam sido capturados em meio aos 1393 presos em flagrante na Praça dos Três Poderes. A PF divulgou ontem um balanço dos trabalhos desenvolvidos até o momento. A investigação continua para tentar identificar a todos os envolvidos nos atos golpistas, desde a preparação até a depredação dos prédios públicos. A cada nova fase, com a apreensão de documentos, celulares e computadores, os investigadores chegam a novas peças do quebra-cabeça que

se tornou uma apuração tão extensa. Foram 313 mandados de busca e apreensão. Os mandados são expedidos pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que coordena as investigações. Outra preocupação é garantir a reparação pelos prejuízos causados com os atos de vandalismo. Moraes autorizou o bloqueio de R\$ 11,6 milhões em bens dos investigados. Os veículos pessoais apreendidos somam o equivalente a R\$ 5 milhões. Os ônibus usados para transportar radicais somam R\$ 8,4 milhões. Os valores ainda serão atualizados com a nova fase, aberta nesta manhã. A ação deflagrada hoje mira financiadores que teriam fretado ônibus e ajudado a custear a viagem de bolsonaristas a Brasília.

INTERNET

Moraes defende regulamentação das redes sociais

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, defendeu ontem durante ato no Congresso que marca um ano dos ataques golpistas de 8 de janeiro, a regulamentação das redes sociais para evitar manipulações políticas que culminaram nos atos ocorridos há um ano. De acordo com o magistrado, o "maléfico e novo populismo digital extremista" evoluiu nos métodos utilizados por nazismo e fascismo. "Hoje também é o momento de olharmos para o futuro e reafirmamos a urgente necessidade de neutralização de um dos grandes perigos modernos da democracia: a instrumentalização das redes sociais pelo novo populismo digital extremista", disse Moraes, durante o seu discurso. O ministro afirmou que as recentes inovações de tecnologia de informação e o acesso universal às redes sociais, com crescimento das chamadas big techs e ampliação do uso da inteligência artificial, potencializaram a desinformação fraudulenta e intensificaram os discursos de ódio. "A ausência de regulamentação e inexistente responsabilização das plataformas somadas à falta de transparência na utiliza-

ção da inteligência artificial e dos algoritmos tornaram os usuários suscetíveis a demagogia e manipulação política, possibilitando o novo populismo digital extremista e de seus aspirantes a ditadores", disse Moraes. O magistrado ressaltou que a preocupação com a "captura furtiva" da vontade do eleitorado em meio ao avanço das redes sociais é um problema discutido em todas as democracias. Ele avaliou que não há razoabilidade em manter a internet como "terra de ninguém". "O que vale para o mundo real deve valer para o mundo virtual", defendeu.

INÉRCIA

O presidente do TSE e ministro do STF afirmou ainda que as redes sociais, em busca do lucro, nada fizeram para impedir o avanço dos "novos populistas digitais extremistas", classificados pelo magistrado como inimigos da democracia e do Estado de direito. Moraes afirmou que, pelo contrário, as redes sociais criaram mecanismos para monetizar o avanço do populismo digital extremista. "E, para atingir seus objetivos, (as redes sociais) aproveitaram-se da total inércia das instituições democráticas e organizaram sua máquina de desinformação", completou.

RIO

Cobrança por ar em carros de app é abusiva

ALANA GANDRA/ABRASIL

O governo fluminense publicou ontem resolução que determina medidas contra cobranças adicionais por uso de ar-condicionado nos carros de aplicativo. Essa prática foi considerada abusiva pelo governo do estado. Com a resolução, as plataformas digitais de transportes de passageiros devem fornecer, no momento da contratação do serviço, informação clara e precisa quanto ao uso ou não de ar-condicionado em todas as categorias disponíveis no aplicativo. Caso contrário, o aparelho deve estar ligado em todas as categorias. O secretário estadual de Defesa do Consumidor, Gutemberg Fonseca, assegurou que a prestação de serviços precisa

ser clara, transparente e objetiva. "O consumidor tem o direito de saber o que está contratando. Assim, a relação entre prestadores de serviços e consumidores é mais saudável", argumentou. Enquanto não houver a adaptação, todos os veículos deverão circular com ar-condicionado ligado, sem cobrança de valores extras diretamente ao consumidor, independente da categoria contratada. Nesse período, será tolerada apenas a não utilização do equipamento quando esta for uma opção do passageiro. O governo fluminense esclareceu ainda que os veículos cujo aparelho de ar-condicionado não estiver funcionando deverão ter a circulação suspensa pela plataforma de aplicativo.

